

Discurso político-religioso sobre o corpo feminino: Gilead brasileira e o PL 1904/24

Political-religious discourse on the female body: the brazilian Gilead and Bill 1904/24

Discurso político-religioso sobre el cuerpo femenino: la Gilead brasileña y el Proyecto de Ley 1904/24

Priscila Alves e Silva Siqueira¹

Sandra Maia Farias Vasconcelos²

Resumo: Este artigo analisa discursos políticos e religiosos sobre os corpos femininos no Brasil contemporâneo, com foco no PL 1904/24, que propõe criminalizar o aborto mesmo em casos de estupro. A partir da Análise Crítica do Discurso, com base em Van Dijk (1993, 2000), foram examinados 30 comentários da consulta pública promovida pela Câmara dos Deputados, visando identificar estratégias linguísticas e ideológicas pró e contra o aborto. Os resultados revelam forte presença de valores religiosos nos discursos favoráveis ao projeto, marcados por noções morais absolutas e negação da agência feminina. As manifestações contrárias defendem os direitos das mulheres, a justiça social e o Estado laico. Conclui-se que há uma disputa simbólica e política pelo controle do corpo feminino.

Palavras-chave: Análise do discurso; Aborto; Discurso religioso.

Abstract: This article analyzes political and religious discourses on female bodies in contemporary Brazil, focusing on Bill 1904/24, which proposes to criminalize abortion even in cases of rape. Based on Critical Discourse Analysis, following Van Dijk (1993, 2000), 30 comments from the public consultation promoted by the Chamber of Deputies were examined, aiming to identify linguistic and ideological strategies of pro- and anti-abortion discourses. The results reveal a strong presence of religious values in pro-bill discourses, marked by absolute moral notions and denial of female agency. Opposing views defend women's rights, social justice, and a secular state. The study concludes that there is a symbolic and political struggle over the control of women's bodies.

Keywords: Discourse analysis; Abortion; Religious discourse.

Resumen: Este artículo analiza los discursos políticos y religiosos sobre los cuerpos femeninos en el Brasil contemporáneo, con énfasis en el Proyecto de Ley 1904/24, que propone criminalizar el aborto incluso en casos de violación. Basado en el Análisis Crítico del Discurso, siguiendo a Van Dijk (1993, 2000), se examinaron 30 comentarios de la consulta pública promovida por la Cámara de Diputados, con el objetivo de identificar estrategias lingüísticas e ideológicas de los discursos a favor y en contra del aborto. Los resultados revelan una fuerte presencia de valores religiosos en los discursos favorables, marcados por nociónes morales absolutas y negación de la agencia femenina. Las posturas contrarias defienden los derechos de las mujeres, la justicia social y un Estado laico. Se concluye que existe una disputa simbólica y política por el control del cuerpo femenino.

Palabras claves: Análisis del discurso; Aborto; Discurso religioso.

Introdução

O romance moderno *O Conto da Aia* (2017), da consagrada autora Margaret Atwood, destaca-se como uma obra fundamental para compreensão das complexas intersecções entre

¹ Universidade Federal do Ceará

² Universidade Federal do Ceará

realidade e ficção no universo literário contemporâneo. Ambientada em um futuro distópico, a narrativa apresenta June, protagonista que vive sob o regime autoritário de Gilead — um estado fundamentalista cristão erguido sobre as ruínas do que antes foram os Estados Unidos da América. Esse cenário é desencadeado por uma busca queda na taxa de natalidade mundial, que abre caminho para um golpe político-religioso e a consequente instalação de um regime teocrático. Atwood constrói, assim, uma crítica poderosa às opressões de gênero, aos discursos religiosos instrumentalizados pelo poder e às fragilidades das democracias modernas, oferecendo ao leitor um espaço de reflexão sobre temas que ressoam fortemente nas sociedades contemporâneas. Isso baseado em uma crença de que as mulheres deveriam se submeter a um sistema de castas que as qualifica de acordo com seu sistema reprodutivo, sendo as *aias* aquelas que, a despeito de seu consentimento, deveriam e poderiam reproduzir com homens. Tudo sancionado pelo Estado.

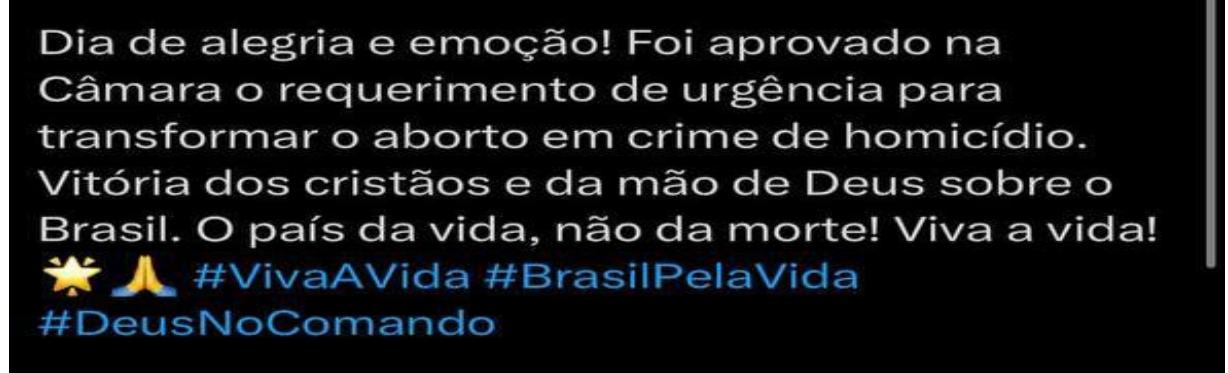
Esse romance, recentemente banido de várias escolas americanas, cada vez mais se torna uma referência de luta feminina por suas liberdades reprodutivas. Recentemente, a Suprema Corte Americana revogou uma decisão histórica de 1973 que reconheca o direito constitucional da mulher ao aborto. A Roe x Wade permitia que mulheres tivessem direito ao aborto legal e seguro de fetos cuja vida fosse inviável fora do útero, antes de 24 e 28 semanas. A decisão causou revolta e parece ter iniciado uma série de medidas ao redor do país para criminalizar mulheres e controlar seus direitos reprodutivos.

Nos anos 2000, o Congresso brasileiro começa a seguir a linha dessa política acerca do direito das mulheres e se propõe a revisar a Constituição acerca da temática do aborto. Em votação histórica, o congresso brasileiro aprovou em vinte e três segundos a urgência na votação do projeto de Lei 1904/24, que torna crime o aborto em qualquer circunstância, incluindo em casos de estupro, a pena podendo chegar a 20 anos de prisão, se tornando maior que a pena por estupro, com máxima de 10 anos. A urgência na votação do tema e a temática referente ao PL, nos leva a entrar em duas esferas que envolvem o poder público e a sociedade de costumes, nas esferas moral e religiosa, e os embates de poder entre o público e o privado, entre os poderes estatais, *a priori* laicos, e o poder religioso. Essa aproximação de setores religiosos do Estado brasileiro foi amplamente reconhecida nos últimos anos com a ascensão da extrema-direita dita religiosa ao poder. Discursos que tinham um apelo direto ao público religioso ficaram cada vez mais populares com o movimento neopentecostal. Em seu trabalho, Holanda (2020) nos alerta acerca da temática ao afirmar:

Não é possível saber exatamente de que maneira essa relação entre o Estado brasileiro e os setores evangélicos irá se desenvolver nos próximos anos, mas o poder econômico de grupos religiosos como a Igreja Universal, detentores de veículos de comunicação, dá fortes indícios de que ainda há espaço para o crescimento de uma afinidade que não deveria existir (Holanda, 2020, p. 59).

O autor chama a atenção para um espaço de crescimento que não deveria existir em um país laico, mas o que vimos nos discursos parlamentares dos últimos anos (2018-2024) acerca do Projeto de Lei 1904/24, foi um violento discurso religioso que nos dá indícios fortes acerca do embate entre a laicidade do Estado e o poder de algumas igrejas. Como na Figura 1, que mostra o *print* coletado da rede X, antigo Twitter, de uma deputada federal.

Imagen 1: Manifestação de uma deputada



Fonte: rede social X. Acesso em 26/12/2024

O discurso acima, apesar de se referir a um assunto de esfera pública de saúde, como o aborto, se permeia ao discurso religioso e mostra como esse embate vem sendo delineado principalmente nas redes sociais. Desde que o assunto veio à tona nas mídias sociais, a temática está entre os assuntos mais comentados da mesma rede, o X (Twitter), com as hashtags #PLdosEstupradores #Criancanãoemãe e #estupradornãoepai. Em um país em que a cada oito minutos uma mulher é estuprada, com um percentual de mais de 60% desses estupros sendo cometidos contra vulneráveis, segundo o Anuário da Violência no Brasil de 2022, vemos um crescente debate por parte da extrema-direita religiosa para criminalizar vítimas em nome de Deus, transformando vítimas em réis.

Reconhecendo a função social da temática nas discussões dos direitos das mulheres e como esses direitos estão sendo colocados à prova e considerando igualmente a função social crítica da Análise do Discurso, o presente artigo tem como objetivo analisar a modalização discursiva que apontam ideologias e estruturas de poder emergentes dos discursos da população, a favor e contra o aborto pós-estupro, nos comentários da consulta pública, que tem

o objetivo de consultar a população acerca dos projetos propostos na câmara legislativa e no senado, sobre a assunto em pauta realizada através do site³ da Câmara Legislativa sobre o PL 1904/24, que criminaliza o aborto não importando as circunstâncias e prevê pena de até vinte anos de reclusão para as mulheres envolvidas no ato.

A fim de alcançarmos esse objetivo, partiremos da seguinte pergunta: Como são construídos os discursos argumentativos pro-aborto e anti-aborto nos comentários da consulta pública proposta no canal da Câmara Legislativa do Brasil acerca do PL 1904? E a partir dos comentários, também observaremos: Que ideologias emergem dos discursos pro e anti-aborto levando em consideração valores morais adjacentes e posicionamentos argumentativos, no *corpus* analisado? Quais os mecanismos linguísticos utilizados para legitimar ou deslegitimar a construções ideológicas pró e anti-aborto? Como estão articuladas as relações de poder flagrantes nos discursos pró e anti-aborto no *corpus* analisado?

Essas questões iniciais nos guiarão durante o estudo a fim de alcançarmos um panorama acerca dos discursos que permeiam a temática do aborto que vem mobilizando movimentos sociais femininos e sendo manchete de diversos meios de comunicação no país. Para tanto nos valemos de trinta comentários pró e anti-aborto deixados na sessão de comentários da consulta pública da Câmara Legislativa acerca do PL 1904, durante os dias 12 e 13 de junho do ano de 2024, enquanto a consulta ainda estava aberta no site da Câmara. Esperamos com esse estudo contribuir para o debate social compreendendo como esses discursos se articulam e se manifestam linguisticamente acerca do aborto e do aborto pós-estupro.

A esfera pública e a religião no controle do feminino: um embate de poder

Ao abordar as relações entre esfera pública e religião, impõe-se a necessidade de compreender os processos históricos e culturais que forjaram o embate e as tensões entre esses campos. Tal compreensão é fundamental para situar analiticamente os deslocamentos, negociações e conflitos que marcam suas interações nas diferentes formações sociais.

Del Priori (2013; 2015; 2018) em suas obras aborda esse tema de forma muito contundente ao enfatizar a importância da religião, especialmente a cristã-católica, na formação do estado brasileiro, sua influência na política da colonização, a exemplo dos jesuítas, e principalmente sobre o controle moral e social, de forma pública em eventos sociais e festas religiosas que ganharam tanto destaque, que até hoje constituem feriados nacionais.

³ Ver: www.camara.leg.br

Já no âmbito privado, a religião ditava a vida cotidiana na prática, com rituais como a prática de rezas, procissões etc. e era a bússola moral para a formação das famílias no Brasil. Ao longo do tempo, a sociedade brasileira passou por um processo de secularização, impulsionado pela modernização social. Desse modo, “a laicização do Estado e a diversidade religiosa crescente desafiaram o monopólio católico, levando a uma redefinição do papel da religião na vida pública e privada” (Del Priori, 2018, p. 54). Esse processo implica que houve uma diminuição da influência das instituições religiosas sobre as esferas públicas, governamentais, e privadas da sociedade, o que garantia um estado laico. Em relação ao estado brasileiro, significa dizer que durante muito tempo, a religião se tornou menos central na vida cotidiana das pessoas e nas decisões políticas e sociais. Esse fenômeno é associado à modernização do estado, uma vez que envolve o desenvolvimento econômico, o avanço científico e tecnológico e a promoção e valorização da racionalidade, da autonomia individual e da diversidade cultural. Em suma, a secularização na sociedade brasileira representou uma transição de separação entre a igreja e o estado, promovendo uma pluralidade de práticas e de crenças, que vemos hoje retroceder (Prandi, 1994).

No Brasil essa separação entre Estado e religião foi instituída na constituição de 1891, que promoveu a separação entre os poderes e foi reafirmada por nossa constituição vigente, a de 1988. No entanto, nos últimos anos temos presenciado uma aproximação cada vez maior entre o Estado e a religião, dessa vez a neopentecostal, que alcançou enorme expansão nos últimos anos. A exemplo disso podemos citar os discursos religiosos que permearam as eleições de 2018. Com o slogan “Deus, Pátria e Família”, o candidato a presidente, que posteriormente ganhou as eleições, se aproximou dos dois principais pilares morais dos neopentecostais, Deus e a Família, do sentimento de inclusão do Estado, simbolizado pela Pátria. Nessa perspectiva, e ao falarmos dessa relação próxima entre Igreja e Estado, será importante que vejamos como essas duas instâncias tratam do sujeito feminino e principalmente como ao longo do tempo essa relação intervém social e culturalmente no cotidiano das mulheres no país.

Em seu estudo acerca da pressão estética do corpo feminino e a religião, Teixeira (2017) argumenta acerca de uma dualidade paradoxal no que concerne aos corpos femininos, pois enquanto a religião cristã prega a submissão dos corpos femininos, colocando as mulheres em um lugar de rebaixamento em relação ao homem, ao mesmo tempo se apresenta como lugar de acalento e conforto a todas as suas misérias. Ou seja, enquanto prega que a mulher se coloque em lugar de vulnerabilidade, apresenta-se como lugar de abrigo, sendo o lugar que opõe e acalenta ao mesmo tempo, retomando o chavão de que a “mão que afaga é a mesma que

apedreja". Essa relação paradoxal entre o feminino e a religião parece cada vez mais flagrante ao analisarmos o que concerne ao corpo feminino, desde a exaltação da castidade feminina ao comportamento no leito matrimonial, uma esfera de extrema intimidade, que se transforma na esfera pública da Igreja. Ao longo dos séculos figuras bíblicas foram importantes arquétipos para o controle dos corpos femininos dentro desse paradoxo: Maria, a mãe virgem de Jesus Cristo, que representa a bondade da figura materna e a santidade de Deus, que concebeu ainda virgem reforçando não apenas o poder do Deus cristão, mas a importância e a necessidade da castidade para uma concepção santificada. Na outra ponta da dualidade entre castidade x pecado, temos Eva, a primeira mulher que levou o homem ao pecado. Responsável pela expulsão da humanidade do paraíso, Eva é a figura que representa o pecado original, que foi punida com as dores do parto e que merece ser castigada eternamente.

Essa ideia de pureza, submissão, divindade oposta ao pecado, ao profano acaba por contribuir para a construção do que Butler (1993) chama de performatividade de gênero que se mantém através de normas sociais e culturais, através de discursos como os discursos religiosos que se utilizam de passagens bíblicas para apoiar suas argumentações. Chegaremos ao apedrejamento? A noção de performatividade de gênero nesse âmbito do social e do cultural nos conduz à noção de que o controle dos corpos femininos por parte da religião passa de uma prática individual e familiar para uma prática sistemático-discursiva de escolha. A religião cristã, nesse caso, invade o campo da coletividade ao impor regras, ditar comportamentos e principalmente conduzir discursos de influência sobre os corpos femininos.

Holanda (2020) já nos havia chamado atenção acerca do aspecto coletivo e de esfera pública que a Igreja cristã neopentecostal estava assumindo e em como os rumos da influência dos indivíduos detentores de poder dentro dessas igrejas pareciam cada vez mais interessados em outros aspectos sociais e culturais para além dos muros das igrejas. Isso se mostra cada vez mais assertivo, principalmente nas políticas públicas brasileiras, afinal não nos parece coincidência que o Brasil tenha a chamada “bancada evangélica”.

Ocupando lugares cada vez mais altos de poder, esses indivíduos se pautam de discursos religiosos para conduzir uma coletividade que por muitas vezes não expressa da mesma fé. Esses discursos religiosos dentro da esfera da coletividade do Estado geram embates entre o poder religioso, que deveria ser individual, e o poder do Estado, que deveria garantir direitos à coletividade. O que reafirma o risco de um fundamentalismo religioso no país.

E é nesse âmbito que se desenvolvem os embates de poder acerca do aborto, enquanto o grupo hegemônico neopentecostal que em outros momentos já foi minoria no país, mas que

hoje ocupa 52% da população brasileira se articula de modo a aprovar uma lei que criminaliza a escolha das mulheres e objetifica o corpo feminino, colocando-o como objeto de resolução do Estado.

Para tanto, fica evidente que os parlamentares, que fazem parte da chamada bancada evangélica, precisam construir um discurso que marginalize os corpos femininos a fim de conseguir a aprovação da PL 1904/24. Esse controle discursivo foi observado por Van Dijk (1998) ao fazer uma análise de como as ideologias modelam o discurso ao afirmar que

As ideologias podem controlar indiretamente as propriedades de todas as categorias de modelos de contexto para o discurso. Mas agora parece que uma dessas categorias em si diz respeito às crenças sociais e, portanto, às ideologias dos participantes. Em outras palavras, o controle ideológico não é, por assim dizer, externo nem determinístico, mas interno, isto é, por meio das crenças dos próprios participantes (Van Djik, 1998, p. 227, tradução nossa)⁴.

A modalização discursiva a partir da ideologia é uma estratégia linguística recorrente para a mobilização da opinião pública a favor ou contra determinada ideia. No caso de nosso trabalho, essa modalização se dá no campo do controle do corpo feminino como projeto de lei. O PL 1904/24 age como força modalizadora que levanta discursos apaixonados acerca de um assunto amplamente discutido na sociedade e que já tem uma legislação atendida pela Constituição de 1988, no artigo 128 que torna legal o aborto em casos de estupro e de risco à vida da gestante.

Dentro desse âmbito, iremos analisar a modalização discursiva utilizada nos comentários deixados por cidadãos na consulta pública realizada no site do congresso nacional no que concerne à aprovação do chamado “PL do Aborto”.

Metodologia

Para alcançarmos os objetivos propostos, a seguir apresentaremos a caracterização da pesquisa e os procedimentos teórico-metodológicos escolhidos para a condução deste estudo.

⁴ Ideologies may indirectly control the properties of all categories of context models for discourse. But it now appears that one of these categories itself pertains to the social beliefs, and hence the ideologies, of the participants.

Caracterização da pesquisa

A partir das discussões teórico-metodológicas levantadas acerca da relação de poder do discurso religioso e os mecanismos de controle sobre o corpo feminino, optamos por uma abordagem de natureza qualitativa para esse estudo, pois consideramos que a partir dessa abordagem pudemos compreender os significados e as construções ideológicas presentes nos discursos, e não apenas quantificar as ocorrências de determinados fenômenos.

Assim, a partir desse primeiro passo na caracterização da pesquisa e levando em consideração o fato de que nos ocupamos de observar um fenômeno discursivo e a partir dele observar as ideologias que emergem e os processos de argumentação levantados pelos sujeitos analisados, utilizamos o método indutivo de análise.

A partir disso, então, nos valemos dos processos de análise discursiva crítica a partir dos estudos de Van Dijk (2000) que define o discurso a partir de três dimensões: a) o uso da linguagem; b) a comunicação de crenças (cognição) e, por fim, c) a interação em situações de índole social. Assim, pensando no discurso a partir dessas três dimensões concordamos com o estudioso que afirma:

Uma tarefa característica do estudo do discurso é fornecer descrições integradas em suas três dimensões: como o uso da linguagem influencia as crenças e a interação, ou vice-versa? Como alguns aspectos da interação influenciam o modo de falar? Ou como as crenças controlam o uso da linguagem e interação? Além disso, além de fornecer descrições sistemáticas, pode-se esperar que o estudo do discurso formule teorias que expliquem essas relações entre o uso da linguagem, as crenças e a interação social (Van Dijk, 2000, p. 23, tradução nossa)⁵.

A abordagem de Van Dijk (2000), evidencia a importância da abordagem crítica do discurso religioso, principalmente quando ele tangencia assuntos de esfera pública e do Estado como o aborto. Portanto, optamos por essa abordagem de análise visando uma visão ampla do fenômeno discursivo emergente dessa discussão.

⁵ Una tarea característica del estudio del discurso es proporcionar descripciones integradas en sus tres dimensiones: ¿cómo influye el uso del lenguaje en las creencias y la interacción, o viceversa? ¿Cómo algunos aspectos de la interacción influyen en la forma de hablar? ¿O cómo las creencias controlan el uso del lenguaje y la interacción? Además, más allá de proporcionar descripciones sistemáticas, se espera que el estudio del discurso formule teorías que expliquen estas relaciones entre el uso del lenguaje, las creencias y la interacción social.

Coleta de dados

Os dados foram coletados a partir do site da consulta pública realizada pela Câmara Legislativa, entre os dias 20 e 24 de dezembro de 2024, disponível em www.camara.leg.br. A opção por coletar dados a partir do site da Câmara Legislativa se deu pelo apelo da consulta pública realizada e o fato que todos os cidadãos brasileiros poderiam deixar sua opinião acerca do PL 1904/24 e votar serem a favor ou contra o projeto de lei.

Foram coletados 30 comentários, 15 contra e 15 a favor do projeto de lei em questão, para garantir uma amostra equilibrada e abrangente da opinião dos cidadãos brasileiros acerca da temática do aborto. A seleção foi feita com base na posição expressa no comentário (seja a favor ou contra), sem nenhum recorte de idade ou de gênero.

A fim de realizar a coleta utilizamos a ferramenta *print screen* a fim de capturar o comentário garantindo assim a integridade do texto produzido e seu contexto original. Durante o tratamento desses dados, fizemos o recorte de possíveis dados de identificação dos cidadãos, mas preservamos o texto na íntegra para a análise posterior.

Procedimentos de análise de dados

A análise dos dados ocorreu em três etapas, com base nos estudos de Van Dijk (1993) que afirma que:

Aqui tocamos no núcleo da análise crítica do discurso: isto é, uma descrição detalhada, explicação e crítica das formas como os discursos dominantes (indiretamente) influenciam tais conhecimentos, atitudes e ideologias socialmente compartilhadas, nomeadamente através do seu papel na fabricação de modelos concretos. Mais especificamente, precisamos saber como estruturas discursivas específicas determinam processos mentais específicos ou facilitam a formação de representações sociais específicas. Assim, pode ser o caso de figuras retóricas específicas, como hipérboles ou metáforas, afetar preferencialmente a organização de modelos ou a formação de opiniões incorporadas em tais modelos. Da mesma forma, movimentos semânticos podem facilitar diretamente a formação ou mudança de atitudes sociais, ou podem fazê-lo indiretamente, isto é, através da generalização ou descontextualização de modelos pessoais (incluindo opiniões) de eventos específicos. [...] precisamos nos concentrar nessas relações entre as estruturas discursivas e as estruturas da cognição social. Ao mesmo tempo, essa análise das estruturas discursivas e cognitivas deve, por sua vez, ser incorporada a uma teoria social, política ou cultural mais ampla das situações, contextos,

instituições, grupos e relações globais de poder que possibilitem ou resultem de tais estruturas simbólicas (Van Dijk, 1993, p. 258-259, tradução nossa)⁶.

Assim, optamos por analisar os discursos de maneira a que possamos identificar a subjetividade, o uso linguístico e a intencionalidade-argumentativa. Para tanto, utilizaremos perguntas norteadoras que foram feitas durante a análise, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1: Tabela norteadora de análise

Subjetividade	Quais são as crenças, valores e emoções expressas pelo enunciador?
Uso Linguístico	Quais os recursos linguísticos são utilizados? (Metáforas, Hipérboles)
Intencionalidade – argumentativa	Qual a intenção explícita do enunciador? Convencer sobre o quê? Como o enunciador ordena estratégicamente os argumentos?

Fonte: Autoria nossa.

⁶ Here we touch upon the core of critical discourse analysis: that is, a detailed description, explanation and critique of the ways dominant discourses (indirectly) influence such socially shared knowledge, attitudes and ideologies, namely through their role in the manufacture of concrete models. More specifically, we need to know how specific discourse structures determine specific mental processes, or facilitate the formation of specific social representations. Thus, it may be the case that specific rhetorical figures, such as hyperboles or metaphors, preferentially affect the organization of models or the formation of opinions embodied in such models. Similarly, semantic moves may directly facilitate the formation or change of social attitudes, or they may do so indirectly, that is, through the generalization or decontextualization of personal models (including opinions) of specific events. In our account below of some major features of critical discourse analysis, therefore, we need to focus on these relations between discourse structures and the structures of social cognition. At the same time, this analysis of both discursive and cognitive structures must in turn be embedded in a broader social, political or cultural theory of the situations, contexts, institutions, groups and overall power relations that enable or result from such symbolic structures.

Análise e discussões dos dados

Comentário 1 : ponto negativo

Imagen 2: Ponto Negativo



Fonte: www.camara.leg.br. Acesso em 21/12/2024

Quais são as crenças, valores e emoções expressas pelo enunciador?

Observamos que durante a defesa de seu posicionamento, o enunciador se mostra contra a relação entre o coletivo, representado pela *saúde pública* e a religião. Esse ponto nos mostra que a relação entre a sociedade civil e a religião está se estreitando e aquilo que deveria ser de foro individual, como os valores religiosos, estão invadindo a esfera coletiva.

O enunciador observado no comentário 1 deixa claro que além da crença que a religião não deveria avançar na esfera coletiva, também se posiciona acerca da luta de classes e dos direitos das mulheres mais pobres. Revelando um outro aspecto acerca dessa discussão acerca da luta de poder pelos corpos femininos. Para o enunciador observado mulheres com condições financeiras que pertencem às classes mais abastadas podem recorrer as clínicas de aborto clandestinas, mas seguras dentro do possível, enquanto mulheres que possuem menor poder aquisitivo correm mais riscos em clínicas sem segurança. Essa discussão levantada pelo enunciador nos revela um aspecto acerca do controle dos corpos femininos de mulheres pobres, que estão em situação de maior vulnerabilidade social, e que por isso estão mais sujeitas ao

controle não só do poder religioso, mas do Estado também por dependerem de assistência social e dos serviços, incluindo os de saúde, fornecidos pelo Estado.

A questão do controle de corpos femininos, é o ponto principal que revela as emoções envolvidas no posicionamento revelado pelo enunciador, a escolha da palavra *misógino* nos revela que há não apenas um posicionamento movido pela argumentação, mas uma paixão pelos direitos das mulheres e as garantias de uma vida mais digna para as mulheres.

Quais os recursos linguísticos são utilizados? (metáforas, hipérboles)

Durante a defesa de seu posicionamento, o enunciador se utiliza de palavras-chave que remetem diretamente ao ponto de vista da ideologia feminista como *misógino*. A suavização da palavra *aborto*, trocado pela expressão *interrupção da gravidez*, nos mostra que o enunciador tentou deixar seu discurso mais leve e menos combativo, e de maneira mais direta chamar atenção de seu interlocutor.

Em contrapartida, o enunciador escolher a palavra *aborto* ao lado da palavra *estupro* para chamar atenção de maneira mais chocante em sua construção frasal ao falar sobre meninas menores de idade que recorrem ao aborto em situações de violência sexual.

Qual a intenção explícita do enunciador? Convencer sobre o quê? Como o enunciador ordena estrategicamente os argumentos?

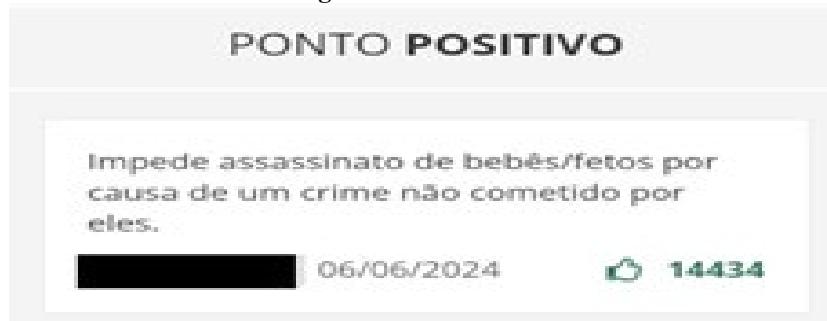
A intenção do enunciador ao expressar sua opinião acerca do PL 1904/24 é convencer seu interlocutor que votar a favor do PL é concordar com mais uma violência contra as mulheres e argumenta acerca do poder exercido pela religião no controle dos corpos femininos, das diferenças entre as classes sociais e do tratamento das mulheres mais pobre e a questão do aborto em vítimas de violência sexual.

A argumentação está organizada de maneira ao interlocutor entender que o aborto é um assunto que tange a esfera coletiva, que concerne a saúde pública, e que ele existe de forma segura para aqueles que tem condições financeiras elevadas e pertencem a classes abastadas.

Outro argumento utilizado é acerca da legislação existente na Constituição acerca do aborto legal para vítimas de estupro, que são em sua maioria jovens, crianças, que sofrem violência e que utilizam o dispositivo legal para interromperem a gravidez indesejada. Esse argumento visa chamar atenção e abrandar a opinião acerca do aborto.

Comentário 2 e 3: ponto positivo

Imagen 3: Ponto Positivo 1



Fonte: www.camara.leg.br. Acesso em: 20/12/2024

Imagen 4: Ponto Positivo 2

PONTO POSITIVO: A vida humana é a maior dádiva de Deus não importa como foi gerada. Eu sou contra o aborto, vi pessoas comparando fetos humanos a plantas que não sentem dor que triste . Um feto é um ser humano. TODOS contra o aborto.

4

24/08/2024

Fonte: www.camara.leg.br. Acesso em: 22/12/2024

Quais são as crenças, valores e emoções expressas pelo enunciador?

O enunciador dos comentários 2 e 3 tem um posicionamento que remete aos valores conservadores chamados de pró-vida, que alegam que a vida se inicia no momentos da concepção e que por isso a mulher que opta pela interrupção da gravidez em qualquer situação, incluindo casos de estupro e no qual a mulher corre risco de vida se mantiver a gestação.

A crença pró-vida se baseia em preceitos religiosos que toda vida é concebida por permissão do Deus cristão e que por isso é sagrada.

De maneira a chocar, usando a expressão *assassinato de bebês*, o enunciador do comentário 2 se mostra bastante apaixonado por suas emoções acerca do assunto. Já o enunciador do comentário 3, opta por assumir que não importa como a vida foi gerada, ela ainda é uma *dádiva de Deus*. Isso nos revela que os valores religiosos são pungentes nos comentários que são a favor do PL 1904/24 e que eles permeiam o debate público acerca do aborto.

Quais os recursos linguísticos são utilizados? (metáforas, hipérboles)

O enunciador do comentário 2 optou por ser mais incisivo na sua construção discursiva ao usar expressões mais diretas como *assassinato de bebês*, e enfatizando como *bebês são inocentes* e que nunca cometem crimes com o intuito de sensibilizar seu interlocutor e chamar a atenção para o feto e não para a mulher que será alvo desse PL.

Já o enunciador do comentário 3 optou por fazer uma comparação de como aqueles que são a favor do aborto se comportam em relação ao feto afirmando *vi pessoas comparando fetos a plantas que triste*, insinuando que a vida de um bebê começa na concepção não importa como ela tenha ocorrido e termina sua argumentação utilizando um comando *TODOS contra o aborto* se colocando como um combatente nesse embate.

Qual a intenção explícita do enunciador? Convencer sobre o quê? Como o enunciador ordena estrategicamente os argumentos?

A intenção do enunciador é ser bem direto, com um argumento único que engloba toda a sua opinião acerca da única vida que importa: a do bebê. O enunciador deixa de fora de maneira deliberada a mulher, deslocando o ator principal da questão da mulher para o bebê, que ainda está em seu ventre.

Essa estratégia de argumentação coloca em evidência a manipulação discursiva desse argumento, a escolha da palavra *bebê* em detrimento a palavra *feto*, demonstra que o enunciador fez essa escolha para evocar a imagem de um bebê já formado no imaginário de seu interlocutor com a intenção de sensibilizar e chamar a atenção desviando o foco do corpo da mulher para o corpo vulnerável do bebê em seu ventre.

Conclusão

Durante esse estudo, procuramos nos debruçar sob o debate público que ocorre acerca do aborto e mais recentemente do PL 1904/24 e como essa discussão está cada vez mais permeada pela esfera religiosa.

O que nos levou a refletir acerca do controle dos corpos femininos por parte do Estado e dos setores religiosos. Ora, em nenhum momento foi levantada a hipótese de firmar um

projeto de lei que legislasse acerca do controle de natalidade masculino, mas os corpos das mulheres vira pauta estatal e de legislação.

Ao analisarmos os discursos deixados pela população na consulta pública realizada pela Câmara Legisltiva, nos deparamos com discursos que permeiam ideologias como o feminismo e o fundamentalismo religioso.

As argumentações que envolvem paixões dos dois lados nos revelam que os corpos femininos ainda se encontram em evidência e são controlados não apenas pelo Estado, mas pelo imaginário social coletivo. Ao colocarmos as duas faces desse debate em evidência, mesmo a ideologia que quer assegurar os direitos das mulheres, estão colocando nas mãos do Estado sua legitimidade. Por qual motivo os corpos femininos viram debate?

Ao colocarmos o direito da mulher sob seu útero como pauta para que o Estado legisle sobre ele, estamos admitindo que o corpo feminino é de pertencimento da esfera pública e que o debate sobre o que a mulher pode ou não fazer com ele depende do Estado. Ora, leis que regulamentam cirurgias de vasectomia nunca foram pensadas ou colocadas em debate. Se a vida se inicia na concepção como um dos lados argumenta, será que uma lei que proíba o homem de realizar uma vasectomia também não seria necessária.

O debate acerca dos corpos femininos e do controle dos mesmos não só pelo Estado, mas na esfera religiosa ainda passa pelo crivo social e o que deveria ser individual passa a ser coletivo logo que uma mulher nasce.

Referências

- ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.
- ATWOOD, Margaret. **O conto da Aia**. Trad. A. Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- BRASIL. **Projeto de Lei nº 1904, de 2024**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para equiparar as penas do aborto realizado acima de 22 semanas às do homicídio simples. Brasília: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2402048>. Acesso em: 17 jul. 2025.
- BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of "sex". Routledge, 1993.
- DEL PRIORI, Mary. **História do cotidiano**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- DEL PRIORI, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.
- DEL PRIORI, Mary. **O princípio maldito**. São Paulo: Objetiva, 2018.

HOLANDA, Samuel Freitas. **O discurso em narrativas de vida hierofânicas:** construção do ethos em testemunhos de evangélicos pentecostais. 2020. 240f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2020.

PRANDI, Reginaldo. **Ordem e desordem no pensamento social brasileiro.** São Paulo: Hucitec, 1994.

VAN DIJK, Teun A. **Ideology:** a multidisciplinary approach. Londres, 1998. Sage Publication

VAN DIJK, , Teun A. Principles of critical discourse analysis. **Discourse & Society**, v. 4, n. 2, p. 249-283, 1993.

VAN DIJK, Teun A. El estudio del discurso. In: VAN DIJK, T. A. **El discurso como estructura y proceso.** Barcelona: Gedisa, 2000, p. 21-65.

TEIXEIRA, Karina Aparecida Barcelos. As limitações do corpo feminino às intervenções estéticas e a concepção depeçado para um dos segmentos mais radicais do pentecostalismo. **Revista Unitas**, v. 5, n. 1, p. 135-152, 2017.

Sobre a autora e os autores

Priscila Alves e Silva Siqueira: Doutoranda na Universidade Federal do Ceará no curso de pós - graduação em linguística.

E-mail: prirksiqueira@gmail.com

Sandra Maia Farias Vasconcelos: Graduada em Letras pela Universidade Federal do Ceará (1996), com Especialização em Psicopedagogia e Doutorado em Sciences de L'Education pela Universidade de Nantes (2003) e Pós-Doutora pela Universidade Sorbonne Paris 8. Professora Titular do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará, é também, professora colaboradora da Universidade Estadual do Ceará e membro do Conselho de avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É professora visitante da Université Sorbonne Paris 8, e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC, orientadora de mestrado e doutorado. Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Cariri - Crato-Ce. Tem pesquisas na área de Análise do Discurso Narrativo, com foco em relatos de experiência, transculturalidade, atuando principalmente nos seguintes temas: pesquisa narrativa, discursos de vulnerabilidades, representações discursivas, gênero e violência. Líder do GELDA - Grupo de Estudos Linguísticos em Discurso Narrativo, certificado e registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPQ. Membro do grupo Grupo de Pesquisa Interdisciplinar: Formação, Autobiografia, Representações Sociais- GRIFARS, da UFRN.

E-mail: sandramaiafv@gmail.com

Recebido em: 10 jun. 2025

Aprovado em: 17 jul. 2025